

ESTUDOS DE CASOS E IMPACTOS DAS AVALIAÇÕES PSICOLÓGICAS JURÍDICAS, COM FOCO NA ÁREA FAMILIAR

CASE STUDIES AND IMPACTS OF LEGAL PSYCHOLOGICAL ASSESSMENTS, WITH A FOCUS ON FAMILY LAW

SOARES, Estefânia¹

RESUMO

Este estudo teve como objetivo analisar os impactos das avaliações psicológicas no Direito de Família, com foco na influência dos laudos psicológicos nas decisões judiciais, em especial em casos de guarda, alienação parental e perda do poder familiar. Por meio de uma revisão bibliográfica em bases de dados como Google Acadêmico, SciELO e bibliotecas virtuais, foram analisados livros, artigos, teses e documentos relacionados ao tema. Os resultados destacaram a relevância das avaliações psicológicas como ferramentas indispensáveis para decisões judiciais mais justas e humanizadas, alinhadas ao melhor interesse de crianças e adolescentes. Entretanto, também foram identificados desafios, como a subjetividade do processo avaliativo, a falta de uniformidade metodológica e a dificuldade de interpretação dos laudos pelos operadores do direito. Conclui-se que, apesar dos avanços, é necessário maior integração interdisciplinar e investimentos para superar as limitações identificadas, promovendo maior eficácia e acessibilidade das avaliações psicológicas no contexto judicial.

Palavras-chave: Psicologia Jurídica; Direito de Família; Avaliação Psicológica; Alienação Parental; Guarda de Crianças; Laudos Psicológicos; Decisões Judiciais.

ABSTRACT

This study aimed to analyze the impacts of psychological evaluations in Family Law, focusing on the influence of psychological reports on judicial decisions, particularly in cases of custody, parental alienation, and loss of parental authority. Through a bibliographic review conducted on databases such as Google Scholar, SciELO and virtual libraries, books, articles, theses, and documents related to the topic were analyzed. The results highlighted the relevance of psychological evaluations as indispensable tools for more just and humane judicial decisions, aligned with the best interests of children and adolescents. However, challenges such as the subjectivity of the evaluation process, lack of methodological uniformity, and difficulties in interpreting reports by legal professionals were also identified. It is concluded that, despite progress, greater interdisciplinary integration and investment are needed to overcome the identified limitations, promoting greater effectiveness and accessibility of psychological evaluations in the judicial context.

Keywords: Forensic Psychology; Family Law; Psychological Evaluation; Parental Alienation; Child Custody; Psychological Reports; Judicial Decisions.

¹ Graduando do curso de Direito.

1 INTRODUÇÃO

O Direito de Família, como ramo jurídico essencial para a regulação das relações interpessoais no núcleo familiar, abrange uma ampla gama de questões que demandam intervenções multidisciplinares. Entre as principais demandas desse campo, destacam-se os conflitos que envolvem guarda de filhos, divórcios, partilha de bens e convivência familiar. Em situações como essas, as avaliações psicológicas têm se mostrado ferramentas indispensáveis, fornecendo subsídios técnicos e científicos para a tomada de decisões judiciais mais adequadas ao bem-estar das partes envolvidas, sobretudo das crianças e adolescentes, que muitas vezes ocupam posição de vulnerabilidade.

No cenário contemporâneo, a relevância das avaliações psicológicas no Direito de Família ganha destaque, especialmente à luz de questões que envolvem o melhor interesse da criança. Este princípio, consagrado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e por convenções internacionais, exige que os magistrados considerem, em suas decisões, não apenas aspectos legais e patrimoniais, mas também fatores emocionais, psicológicos e sociais que possam impactar o desenvolvimento e a qualidade de vida dos menores. As avaliações psicológicas, realizadas por profissionais capacitados, emergem, nesse contexto, como uma ponte entre o universo jurídico e as nuances subjetivas das relações familiares.

No entanto, apesar da sua importância, a aplicação prática das avaliações psicológicas no Direito de Família enfrenta desafios significativos. Entre eles, destacam-se a subjetividade inerente ao processo avaliativo, a dificuldade de interpretação dos laudos por parte dos magistrados e advogados, e a resistência de algumas partes em se submeterem a tais análises. Além disso, questiona-se a uniformidade dos métodos e critérios adotados pelos profissionais de psicologia forense, o que pode gerar inconsistências nos resultados e, conseqüentemente, nas decisões judiciais.

Diante disso, este estudo justifica-se pela necessidade de aprofundar a compreensão sobre o papel e os impactos das avaliações psicológicas no âmbito do Direito de Família, analisando estudos de caso que ilustrem tanto os benefícios quanto os desafios dessa prática. Além de contribuir para o aprimoramento das práticas jurídicas e psicológicas, a pesquisa busca oferecer reflexões que possam

subsidiar a formulação de políticas públicas mais efetivas na proteção dos direitos das crianças e adolescentes.

O objetivo deste artigo é, portanto, analisar os impactos das avaliações psicológicas nas decisões do Direito de Família, com base em estudos de caso que ilustram sua aplicabilidade prática e sua relevância para a promoção do melhor interesse das partes envolvidas. A partir dessa análise, busca-se identificar os principais desafios enfrentados e propor recomendações que fortaleçam a integração entre a psicologia e o direito, visando decisões mais justas e humanizadas.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 Referencial teórico

2.1.1 A Psicologia Jurídica e o Direito de Família

A psicologia jurídica, como campo interdisciplinar, tem se consolidado no Brasil como um recurso essencial para a compreensão e mediação de questões complexas que envolvem a subjetividade humana no contexto judicial. Este campo atua na interface entre a psicologia e o direito, buscando interpretar os aspectos emocionais, comportamentais e sociais que permeiam as demandas judiciais. No âmbito do Direito de Família, a psicologia jurídica desempenha um papel relevante ao lidar com situações que envolvem conflitos familiares, disputas de guarda, alienação parental e outras questões que demandam uma análise detalhada do impacto emocional nas partes envolvidas. Essa atuação contribui para que as decisões judiciais sejam mais humanizadas e alinhadas ao bem-estar das pessoas afetadas (ARANTES; BRANDÃO, 2018).

A relação interdisciplinar entre psicólogos e operadores do direito no Direito de Família é fundamental para a resolução de conflitos familiares. Enquanto o direito oferece os parâmetros legais e normativos, a psicologia fornece subsídios técnicos para compreender as dinâmicas emocionais e comportamentais que impactam os casos. A colaboração entre essas áreas é crucial para a elaboração de laudos e pareceres técnicos que auxiliem os magistrados na tomada de decisões. Essa interação contribui para que os direitos das crianças e adolescentes sejam protegidos, considerando não apenas os aspectos legais, mas também os fatores

psicossociais que afetam o seu desenvolvimento e qualidade de vida (THERENSE et al., 2024).

A importância da psicologia jurídica no Direito de Família transcende a função pericial, destacando-se como uma ferramenta de promoção do bem-estar das partes envolvidas. O objetivo principal é garantir que as decisões judiciais considerem o contexto emocional e social das partes, minimizando os impactos negativos dos conflitos familiares. Através de intervenções como mediações, avaliações psicológicas e laudos técnicos, a psicologia jurídica contribui para a construção de soluções mais justas e equilibradas, sempre pautadas pelo princípio do melhor interesse das crianças. Assim, sua aplicação é indispensável para assegurar que o sistema de justiça seja não apenas eficiente, mas também empático e humanizado (ARANTES; BRANDÃO, 2018; THERENSE et al., 2024).

2.1.2 Avaliação Psicológica em Casos de Disputa Familiar

A avaliação psicológica em disputas familiares desempenha um papel central na compreensão das dinâmicas emocionais e comportamentais envolvidas, fornecendo subsídios essenciais para a tomada de decisões judiciais. Nos casos de guarda e perda de poder familiar, o psicólogo utiliza procedimentos técnicos e metodológicos rigorosos para garantir a imparcialidade e a precisão de seus pareceres. Esses procedimentos incluem entrevistas com as partes envolvidas, aplicação de testes psicológicos, observação de interações familiares e análise documental. O objetivo é identificar fatores que possam impactar o bem-estar das crianças e adolescentes, como estabilidade emocional, capacidade parental e dinâmica familiar. Esse processo técnico assegura que as decisões sejam embasadas em critérios objetivos, promovendo o melhor interesse das crianças (ANDRICH, 2021).

O fenômeno da alienação parental, caracterizado pela manipulação psicológica de uma criança por parte de um genitor para afastá-la do outro, é uma questão recorrente em disputas familiares e destaca a importância da avaliação psicológica. Através de técnicas específicas, o psicólogo consegue identificar sinais de alienação parental, como discursos depreciativos constantes contra um dos pais, comportamento de rejeição infundada e lealdade excessiva ao genitor alienador. Além disso, essas avaliações ajudam a identificar situações de abuso emocional, que muitas vezes estão mascaradas em discursos conflitantes entre os

responsáveis. Nesse contexto, a atuação do psicólogo é crucial para a elaboração de relatórios detalhados que orientem o magistrado na aplicação de medidas judiciais que preservem os direitos e a integridade psicológica da criança (CARDOSO, 2021; CARNEIRO et al., 2008).

As dinâmicas familiares pós-separação também apresentam desafios psicológicos e sociais que impactam tanto os adultos quanto as crianças envolvidas. O período pós-separação pode ser marcado por sentimentos de culpa, rejeição, ansiedade e insegurança, especialmente nas crianças, que frequentemente enfrentam dificuldades para compreender e se adaptar às mudanças na estrutura familiar. A avaliação psicológica nesse contexto não apenas identifica essas questões, mas também orienta intervenções que minimizem os danos emocionais. Estudos de caso evidenciam que crianças que vivenciam conflitos intensos entre os pais podem apresentar problemas de desenvolvimento e desempenho acadêmico, além de dificuldades para estabelecer relacionamentos saudáveis no futuro (GOBBI, 2015).

Esses aspectos reforçam a relevância das avaliações psicológicas em disputas familiares, destacando a necessidade de profissionais qualificados e metodologias bem fundamentadas para auxiliar o sistema judiciário na proteção dos direitos das crianças e adolescentes. Dessa forma, a atuação interdisciplinar entre psicólogos e operadores do direito se torna indispensável para promover soluções justas e humanizadas nos conflitos familiares (ANDRICH, 2021; CARDOSO, 2021; CARNEIRO et al., 2008; GOBBI, 2015).

2.1.3 Impactos das Avaliações Psicológicas nas Decisões Judiciais

Os laudos psicológicos têm desempenhado um papel central no julgamento de processos familiares, fornecendo subsídios técnicos que auxiliam os magistrados a compreenderem as nuances emocionais e comportamentais envolvidas nas disputas judiciais. Em casos de guarda, alienação parental ou perda de poder familiar, os laudos funcionam como ferramentas indispensáveis para identificar padrões de comportamento, conflitos latentes e dinâmicas prejudiciais ao bem-estar das crianças e adolescentes. A influência desses documentos nas decisões judiciais é significativa, pois contribui para a construção de soluções mais humanizadas e justas, promovendo o equilíbrio entre os aspectos legais e psicossociais das demandas familiares (AMBROSIO, 2019).

A avaliação psicológica também é essencial para fundamentar decisões pautadas no princípio do melhor interesse da criança, um conceito amplamente aceito e aplicado no Direito de Família. Por meio de entrevistas, testes e observações, os psicólogos são capazes de identificar o ambiente mais adequado para o desenvolvimento saudável da criança, considerando fatores como estabilidade emocional, vínculos afetivos e dinâmica familiar. Esses laudos permitem que os juízes tomem decisões informadas, alinhadas à proteção dos direitos da criança e à promoção de seu bem-estar, assegurando que as medidas adotadas sejam compatíveis com as necessidades individuais de cada caso (OLIVEIRA; LIMA, 2021).

No entanto, a elaboração de laudos periciais enfrenta desafios significativos, que impactam tanto o trabalho dos psicólogos quanto a interpretação dos documentos pelos magistrados. A subjetividade inerente ao processo avaliativo, a falta de uniformidade metodológica e o tempo limitado para a realização de análises aprofundadas são algumas das limitações enfrentadas pelos profissionais de psicologia. Além disso, a linguagem técnica utilizada nos laudos pode dificultar a compreensão por parte dos operadores do direito, comprometendo a eficácia dos pareceres como instrumentos de auxílio à decisão judicial. Essas dificuldades destacam a necessidade de maior integração entre as áreas de psicologia e direito, bem como de capacitações específicas para magistrados na interpretação de avaliações psicológicas (THERENSE et al., 2024).

Dessa forma, os laudos psicológicos representam uma contribuição indispensável ao Direito de Família, mas sua plena eficácia depende de uma atuação interdisciplinar e de esforços contínuos para superar as limitações enfrentadas pelos profissionais envolvidos. A compreensão adequada desses documentos é fundamental para assegurar que as decisões judiciais atendam às demandas complexas e delicadas que envolvem as relações familiares.

2.2 Metodologia

A metodologia deste estudo consistiu na realização de uma revisão bibliográfica sobre os impactos das avaliações psicológicas no Direito de Família. As bases de dados utilizadas foram Google Acadêmico, SciELO e bibliotecas virtuais, com busca direcionada por livros, artigos científicos, teses e sites relevantes ao tema. Os dados coletados foram organizados e tabulados para análise, permitindo

uma compreensão aprofundada dos conceitos, procedimentos e implicações discutidos no estudo, além de assegurar uma abordagem fundamentada e abrangente sobre o tema.

2.3 Resultados e discussões

Este estudo teve como objetivo explorar os impactos das avaliações psicológicas no Direito de Família, com foco nos procedimentos técnicos, nas dinâmicas familiares e na influência dos laudos periciais nas decisões judiciais. A pesquisa seguiu uma estrutura que abordou inicialmente o papel da psicologia jurídica nesse contexto, seguido pela análise das avaliações psicológicas em disputas familiares e, por fim, a discussão sobre os impactos dessas avaliações no sistema judicial. A partir da fundamentação teórica e análise crítica das referências utilizadas, foram identificados aspectos fundamentais que permitem compreender a relevância e os desafios da interseção entre psicologia e direito no âmbito familiar.

No primeiro capítulo, foi discutido o papel da psicologia jurídica no contexto do Direito de Família, destacando sua contribuição para a resolução de conflitos. A psicologia jurídica se consolidou como um campo interdisciplinar essencial, trazendo uma perspectiva técnica e humanizada para questões legais complexas. A relação entre psicólogos e operadores do direito foi apontada como fundamental para a mediação de conflitos, especialmente na proteção de crianças e adolescentes. Conforme Arantes e Brandão (2018), essa interação contribui para decisões mais equilibradas, ao integrar aspectos emocionais e sociais ao julgamento legal. Por outro lado, Therense et al. (2024) ressaltaram que a atuação da psicologia vai além da perícia, oferecendo suporte em mediações e aconselhamentos, o que amplia seu impacto no bem-estar das partes envolvidas. Essa etapa da pesquisa demonstrou que a integração dessas disciplinas é essencial para garantir a justiça e a proteção dos direitos humanos no núcleo familiar.

O segundo capítulo explorou os procedimentos técnicos das avaliações psicológicas em casos de disputa familiar e sua relevância na identificação de fenômenos como a alienação parental. A avaliação psicológica, conforme Andrich (2021), utiliza métodos rigorosos como entrevistas e observações para identificar fatores que afetam o desenvolvimento das crianças e a dinâmica familiar. A alienação parental foi analisada como um exemplo claro de como essas avaliações auxiliam na identificação de abuso emocional, com Cardoso (2021) ressaltando a

importância de critérios técnicos para distinguir conflitos familiares de manipulações psicológicas intencionais. Carneiro et al. (2008) corroboraram essa perspectiva, destacando a necessidade de relatórios detalhados que orientem as decisões judiciais em casos de alta complexidade emocional. Os resultados deste capítulo indicaram que a avaliação psicológica é uma ferramenta indispensável, mas enfrenta desafios, como a subjetividade das análises e a resistência das partes envolvidas.

O terceiro capítulo discutiu os impactos diretos dos laudos psicológicos nas decisões judiciais. Os resultados apontaram que os laudos influenciam significativamente o julgamento de processos familiares, fornecendo uma base técnica que complementa os aspectos legais. Ambrosio (2019) destacou que os laudos ajudam os magistrados a compreenderem os contextos emocionais e sociais envolvidos, permitindo decisões mais justas e humanizadas. Oliveira e Lima (2021) apontaram, contudo, que a interpretação dos laudos pelos juízes pode ser limitada pela linguagem técnica ou pela falta de familiaridade com conceitos psicológicos, o que reforça a necessidade de maior capacitação interdisciplinar. Além disso, Therense et al. (2024) identificaram limitações no tempo e nos recursos destinados às perícias, o que pode comprometer a profundidade das análises e, conseqüentemente, a eficácia dos relatórios na proteção dos direitos das crianças.

Ao relacionar os conceitos abordados nos capítulos, verificou-se que a integração entre psicologia e direito é indispensável para a efetividade do sistema judicial no tratamento de conflitos familiares. Por outro lado, as limitações técnicas e institucionais ainda representam desafios significativos para o uso pleno das avaliações psicológicas. A análise comparativa dos autores revelou consenso sobre a importância da atuação interdisciplinar, mas também apontou a necessidade de avanços em capacitação, padronização metodológica e recursos para melhorar a qualidade e a acessibilidade das avaliações.

Os resultados deste estudo reforçam que as avaliações psicológicas desempenham um papel central no Direito de Família, tanto na identificação de dinâmicas prejudiciais quanto na fundamentação de decisões judiciais. No entanto, para que seu potencial seja plenamente aproveitado, é necessário enfrentar os desafios identificados, promovendo maior integração entre psicólogos e operadores do direito e garantindo condições adequadas para a realização das perícias. Esses avanços podem contribuir significativamente para a proteção do bem-estar das

crianças e adolescentes e para a construção de um sistema judiciário mais eficiente e humanizado.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como foco analisar os impactos das avaliações psicológicas no Direito de Família, destacando seu papel nas decisões judiciais em disputas familiares. A pesquisa abordou a interdisciplinaridade entre psicologia e direito, a aplicação prática das avaliações psicológicas em casos de guarda e perda de poder familiar, e os efeitos desses laudos na fundamentação de decisões pautadas no melhor interesse das crianças e adolescentes. A pergunta norteadora deste estudo foi: “De que forma as avaliações psicológicas influenciam as decisões judiciais no âmbito do Direito de Família e quais desafios estão associados a sua aplicação?” A partir da análise teórica e dos dados apresentados, foi possível responder a essa questão com base nos achados.

Os resultados evidenciaram que as avaliações psicológicas são ferramentas indispensáveis no Direito de Família, pois auxiliam os magistrados na compreensão das nuances emocionais, comportamentais e sociais que permeiam os conflitos familiares. A pesquisa demonstrou que esses laudos fornecem subsídios técnicos e científicos que complementam os aspectos legais, especialmente em questões envolvendo guarda, alienação parental e abuso emocional. Contudo, também foram identificadas limitações importantes, como a subjetividade inerente ao processo avaliativo, a falta de uniformidade nos critérios metodológicos adotados pelos profissionais, e dificuldades na interpretação dos laudos pelos operadores do direito. Assim, pode-se concluir que as avaliações psicológicas exercem um impacto significativo, mas enfrentam desafios que precisam ser superados para garantir sua plena eficácia.

O objetivo geral do estudo, que era analisar os impactos das avaliações psicológicas no Direito de Família, foi alcançado. Através de uma abordagem crítica e fundamentada, o trabalho conseguiu identificar as principais contribuições das avaliações psicológicas, bem como os desafios enfrentados por psicólogos e magistrados. Os resultados reforçam a importância da colaboração interdisciplinar para a construção de decisões mais humanizadas e alinhadas ao bem-estar das partes envolvidas, especialmente crianças e adolescentes. Além disso, a análise das referências permitiu verificar que a atuação do psicólogo no Direito de Família

vai além da produção de laudos, contribuindo também para mediações e para a promoção do equilíbrio emocional nas dinâmicas familiares.

A hipótese inicial, que sugeria que as avaliações psicológicas têm impacto relevante nas decisões judiciais, mas enfrentam barreiras metodológicas e institucionais, foi corroborada pelos achados. Os estudos de caso e análises teóricas indicaram que, embora as avaliações sejam amplamente reconhecidas como indispensáveis, sua aplicação prática é limitada por fatores como a subjetividade dos critérios, a falta de capacitação específica para interpretar os laudos e os recursos insuficientes destinados às perícias.

Durante a realização da pesquisa, foram enfrentadas algumas limitações e dificuldades. Entre elas, destacou-se a escassez de dados empíricos atualizados sobre a aplicação prática das avaliações psicológicas em contextos judiciais brasileiros, o que restringiu a análise a discussões teóricas e estudos de caso pontuais. Além disso, a complexidade do tema demandou uma revisão bibliográfica ampla e diversificada, o que exigiu cuidado na integração dos diferentes pontos de vista apresentados pelos autores.

Encerrando este estudo, conclui-se que as avaliações psicológicas representam uma ferramenta poderosa para o sistema de justiça, oferecendo insights valiosos para decisões judiciais mais justas e equilibradas. No entanto, é imprescindível que sejam feitos esforços para superar as limitações identificadas, por meio de maior padronização metodológica, capacitação dos operadores do direito e investimentos em recursos que garantam a qualidade e a acessibilidade dessas avaliações. Dessa forma, será possível fortalecer a proteção aos direitos de crianças e adolescentes e contribuir para um sistema de justiça mais eficiente, empático e alinhado às necessidades das famílias em conflito.

REFERÊNCIAS

AMBROSIO, Graziela. Perícia psicológica na justiça do trabalho: o problema do nexos causal entre o transtorno mental e o trabalho. 2019. 275 f. Tese (Doutorado em Psicologia social) - Curso de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47134/tde-19072019-155423/en.php>. Acesso em: 8 nov. 2024.

ARANTES, Esther Maria Magalhães; BRANDÃO, Eduardo Ponte. Pensando a Psicologia Aplicada à Justiça. In: GONÇALVES, Hebe Signorini; BRANDÃO, Eduardo Ponte. Psicologia jurídica no Brasil. 3. ed. Rio de Janeiro: Nau, 2018. p.

04-30. Disponível em: [https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=XI1ODwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT4&dq=GON%C3%87ALVES,+Hebe+Signorini%3B+BRAND%C3%83O,+Eduardo+Ponte+\(Ed.\)](https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=XI1ODwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT4&dq=GON%C3%87ALVES,+Hebe+Signorini%3B+BRAND%C3%83O,+Eduardo+Ponte+(Ed.)). Acesso em: 8 nov. 2024.

ANDRICH, Constantine Giacomitti. Avaliação psicológica nos casos de perda do poder familiar: subsídios para a atuação do psicólogo. *Psicologia Argumento*, Curitiba, v. 39, n. 106, p. 865-888, 2021. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.7213/psicolargum39.106.AO06>. Acesso em: 8 nov. 2024.

CARNEIRO, T.F.; DIAS, M.B.; MOTTA, M.A.P.; RESENDE, M.; SILVA, L.E.; SIMÃO, R.B.C.; SOUZA, M.B.; VALENTE, M.L.C.S. IN: Síndrome de alienação parental e a tirania do guardião: aspectos psicológicos, sociais e jurídicos/ Organizado pela Associação de Pais e Mães Separados- Porto Alegre: Equilíbrio, 2008.

CARDOSO, Caroline Santos. Fenômeno da alienação parental: a importância da avaliação psicológica em caso de disputa de guarda. *Revista Latino-Americana de Estudos Científicos - RELAEC*, n. 45, 2021. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.46375/relaec.31955>. Acesso em: 8 nov. 2024.

GOBBI, Franciele Karpinski. Um estudo de caso sobre o lugar dos filhos na separação dos pais. 2015. Monografia (Especialização em Psicologia – Ênfase em Infância e Família) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Psicologia, Porto Alegre, 2015.

OLIVEIRA, Mayck de Luca Gomes; LIMA, Fabrício Ximenes de. O aspecto social da avaliação psicológica em psicologia jurídica: uma revisão sistemática. *Revista Brasileira de Direito Social - RBDS*, Belo Horizonte, v. 4, n. 3, p. 35-48, 2021. Disponível em: <https://rbds.ieprev.com.br>. Acesso em: 8 nov. 2024.

THERENSE, Munique; OLIVEIRA, Camilla Felix Barbosa de; NEVES, André Luiz Machado das; LEVI, Márcia Cristina Henriques. *Psicologia Jurídica e Direito de Família: Para além da perícia psicológica*. UEA Edições. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br>. Acesso em: 6 nov. 2024.